



Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Monografia II

A evolução do perfil dos desempregados na Região Metropolitana de São Paulo e na Região do ABC nas décadas de 80 e 90.

Orientador: Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Banca: Anselmo Luis dos Santos

Aluno: Alexandre Henrique Cardoso

Campinas, dezembro de 2002 ✓

ÍNDICE

Introdução	01
Capítulo 1 – Transformações econômicas recentes e seus efeitos no mercado de trabalho brasileiro.	
1.1 A década de 80.	03
1.2 A década de 90.	07
Capítulo 2 – O mercado de trabalho e as mudanças no Perfil dos desempregados na RMSP e na Região do ABC na década de 90 e nos anos de 2000 e 2001.	
2.1 O mercado de trabalho na RMSP	11
2.2 Mudanças no perfil dos desempregados na RMSP	
2.2.1 Gênero	16
2.2.2 Faixa etária	18
2.2.3 Tipo de desemprego	20
2.2.4 Grau de instrução	21
2.2.5 Experiência anterior	23
2.2.6 Cor	25
2.2.7 Posição no domicílio	26
2.2.8 Tempo de residência na RMSP	27
2.3 O mercado de trabalho na Região do ABC	29
Conclusão	36

INTRODUÇÃO

Durante o período compreendido entre 1930 e 1980, o Brasil apresentou grandes taxas de crescimento estimuladas por políticas de fortalecimento do mercado interno e de proteção dos setores produtivos, coordenadas pelo Estado nacional.

Este dinamismo comandado pela industrialização, principalmente a partir da década de 1950, teve impactos muito favoráveis sobre a capacidade de criação de novos postos de trabalho, fato que fica evidenciado pela ampliação dos empregos assalariados formais.

Na década de 80 este movimento se reverte e o Brasil enfrenta o rompimento do modelo desenvolvimentista e a crise da dívida externa, perdendo o dinamismo anterior. A estagnação da economia acompanhadas de altas taxas de inflação e dos impactos das políticas de ajustamento levaram a desaceleração no ritmo da expansão do emprego assalariado regular e elevação das taxas de desemprego.

Este novo cenário foi responsável pela deterioração do mercado de trabalho brasileiro, percebido na precarização das relações de trabalho através da queda relativa do emprego formal e do crescimento do número de empregadores, de autônomos que trabalham para o público sem qualquer instalação, de autônomos que trabalham para empresas e de empregado sem carteira.

A estagnação da economia, com altas taxas de inflação, e o rápido crescimento da população ativa, não impediu que a renda total geradas nas atividades não-agrícolas aumentasse mais que a ocupação no conjunto destas atividades. Entretanto a distribuição dessa renda entre os ocupados não-agrícolas tornou-se em 1989 ainda mais desigual que em 1981. Deve-se ressaltar que a maior parte do aumento da desigualdade da renda no trabalho não-agrícola ao

longo da década de 80 ocorreu após 1986, fato que de certo se relaciona com o descontrole da inflação.

As reformas liberalizantes que ocorreram no início da década de 90 (abertura comercial, estabilidade monetária ancorada no dólar, privatização de empresas estatais e desregulamentação do mercado financeiro) não modificaram o cenário de estagnação da renda per capita, aprofundaram a queda do PIB, provocando uma profunda desestruturação do mercado de trabalho e a exclusão social

Em 2000 e 2001 é possível observar uma elevação do emprego formal, no entanto é preciso enfatizar que a estagnação, em vez de crescimento, tem sido a regra e que não há nada que aponte, na hipótese de manutenção desse projeto neoliberal, para plausíveis possibilidades para um trajetória de crescimento econômico sustentado.

O objetivo desse trabalho é fazer uma análise da evolução do perfil dos desempregados na Região Metropolitana de São Paulo, principal pólo industrial do país, durante o período de 1985 a 2002, fazendo uma comparação com a Região do ABC. Para isso, foi feito inicialmente um estudo sobre o problema do desemprego no Brasil nas décadas de 80 e 90.

Esta pesquisa é composta por três capítulos. O capítulo 1 trata de um estudo sobre o problema do desemprego no Brasil nos anos 80 e 90, discutindo suas causas e conseqüências. O capítulo 2 faz uma análise da evolução do perfil dos desempregados na RMSP durante a década de 90, em comparação com a Região do ABC. A última parte revela as considerações finais do trabalho.

CAPÍTULO 1

TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS RECENTES E SEUS EFEITOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

1.1 - A DÉCADA DE 80

Entre 1947 e 1980, o PIB nacional cresceu a uma taxa de 7,1% a.a., sendo que setorialmente a agricultura expandiu-se a 4,3% a.a., a construção civil a 5,7% a.a. e a indústria de transformação a 8,5% a.a.. Esse crescimento ocorreu sob influência do desenvolvimento econômico estimulado pelas políticas coordenadas pelo Estado nacional de fortalecimento do mercado interno e de proteção dos setores produtivos. Durante as décadas de 60 e 70, segundo Baltar e Dedecca (Maio de 1992), tanto a taxa de crescimento do produto da indústria de transformação, como a elasticidade produto/emprego deste setor da atividade econômica tiveram os seus valores elevados. Portanto, este dinamismo comandado pela indústria não somente manteve alta a taxa de crescimento do produto nacional, como também teve impactos muito favoráveis sobre a capacidade de criação de novos postos de trabalho.

A década de 80 foi marcada pela queda acentuada do ritmo de crescimento (alternância de ciclos breves de recessão e crescimento, em torno de uma taxa de crescimento próxima ao aumento da população), indicando o esgotamento de um padrão que trouxe um impressionante dinamismo ao longo de todo o período da moderna industrialização, particularmente após meados dos anos 50. Pode-se observar que houve uma forte recessão no período 81/83; uma recuperação no período 84/86 e uma estagnação no período 87/89, como pode-se observar na tabela 1. No caso do investimento, o crescimento positivo da década anterior é substituído pela redução absoluta e variações intensas ao longo dos anos 80, indicando um clima de profunda incerteza e ausência de um padrão de crescimento sustentado. No caso das relações com o exterior, pode-se dizer que

enquanto os anos 70 mostraram uma absorção de recursos reais do exterior, a década de 80 mostrou a contínua transferência de recursos reais ao exterior.

A crise de 1979 e a política de ajustamento externo promovida pelo Estado configuraram um quadro de incerteza profunda na economia, determinando o contínuo crescimento dos preços e a aceleração da inflação. As principais características do ajustamento foram a desvalorização real da moeda (com o objetivo de modificar os preços relativos em favor do tradables) e a elevação real de juros (com o objetivo de reduzir a absorção doméstica). As duas medidas visavam a obtenção de superávits comerciais para reduzir o déficit em transações correntes.

Nesse quadro de instabilidade crescente ocorreu a experiência do Plano Cruzado. O plano de estabilização consistiu em uma reforma monetária acompanhada de desindexação e do congelamento de preços. Durante os seis últimos meses de 1986 o programa logrou manter taxas de inflação reduzidas. No entanto, o programa gerou uma crise cambial, expressadas na deterioração do superávit comercial e na perda substantiva de reservas internacionais. O fracasso do Plano Cruzado desencadeou, a partir de 1987, uma aceleração inflacionária sem paralelo. Três fatores foram responsáveis por esta aceleração: a recuperação dos preços dos bens tradables em relação aos non-tradables; a incerteza ampliada quanto a evolução de câmbio e juros; e as expectativas de renovadas intervenções no sistema de preços via novos congelamentos.

Tabela 1 - Crescimento do PIB

Ano	Varição percentual real
1980	9,2
1981	-4,3
1982	0,8
1983	-2,9
1984	5,4
1985	7,8
1986	7,5
1987	3,5
1988	-0,1
1989	3,2

Fonte: Banco Central

Portanto, o padrão de acumulação que vigorava desde meados dos anos 50 foi desarticulado, sem que tivesse havido sua substituição por novas fontes de dinamismo, capazes de garantir o crescimento sustentado. Esta estagnação da economia acompanhadas de altas taxas de inflação e dos impactos das políticas de ajustamento levaram a desaceleração no ritmo da expansão do emprego assalariado regular e elevação das taxas de desemprego.

Embora a taxa de crescimento da população total do país, na década de 80, tenha continuado a diminuir, o aumento da população inserida no mercado de trabalho prosseguiu em ritmo progressivamente elevado. Este rápido crescimento da população ativa deveu-se principalmente a continuidade da entrada da mulher no mercado de trabalho, que já vinha aumentando intensamente ao longo dos anos 70. Esta população inseriu-se primordialmente em atividades não-agrícolas, já que entre 1979 e 1989 a participação da atividade agrícola no total da ocupação teria diminuído, o que significou uma redução significativa do nível desemprego agrícola.

A PNAD mostra que entre 1979 e 1989 houve uma diminuição relativa da ocupação na indústria de transformação, construção civil, outras atividades industriais e transporte e comunicação, enquanto aumentaram as dos demais ramos, notadamente comércio de mercadorias, atividades sociais e administração

pública, como observamos na tabela 2. Segundo Baltar e Wilnês, essa mudança reflete a estagnação da economia brasileira nos anos 80 e significa uma inversão das tendências que vinham se manifestando no país desde fins da década de 50, quando despontava um rápido aumento do emprego no setor secundário, em especial na indústria de transformação e na construção civil.

Tabela 2

Distribuição da Ocupação Não-Agrícola, Segundos Ramos de Atividade			
Brasil - 1979/1989 (Em porcentagem)			
Ramos de Atividade	1979	1989	
Indústria de Transformação	22,9	20,7	
Construção Civil	10,1	8,1	
Outras Atividades Industriais	2,3	2	
Comércio de Mercadorias	14,3	16	
Prestação de Serviços	22,5	22,9	
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	3,8	4,2	
Transporte e Comunicação	5,5	4,9	
Atividades Sociais	9,7	11,3	
Administração Pública	5,3	6,2	
Outras Atividades Industriais	3,6	3,7	
Total	100	100	

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1979 e 1989.

A estagnação da economia, com altas taxas de inflação, e o rápido crescimento da população ativa, não impediu que a renda total geradas nas atividades não-agrícolas aumentasse mais que a ocupação no conjunto destas atividades. Entretanto, assim como período 60/80, a distribuição dessa renda entre os ocupados não-agrícolas tornou-se em 1989 ainda mais desigual que em 1981. Deve-se ressaltar que a maior parte do aumento da desigualdade da renda no trabalho não-agrícola ao longo da década de 80 ocorreu após 1986, fato que de certo se relaciona com o descontrole da inflação e com a capacidade variada de defesa dos níveis de renda contra os efeitos deletérios da aceleração da inflação pelas diversas categorias sociais.

O melhor indicador do impacto da estagnação econômica sobre o mercado de trabalho foi o comportamento do emprego formal, que oscilou com o ritmo do atividade econômica ao longo da década de 80. O resultado foi o aumento do emprego formal, mas aquém do ritmo de crescimento da população urbana com idade para trabalhar. Ao final da década de 80, menos da metade das oportunidades de ocupação correspondia ao emprego formal.

A implementação de novos programas de ajustes econômicos no início da década de 90 não alterou o quadro de estagnação econômica; ao contrário, aprofundou, levando a um processo de desestruturação do mercado de trabalho como veremos a seguir.

1.2 - A DÉCADA DE 90

Somente no final dos anos 80, com substanciais mudanças nas condições internacionais, foram implementados novos programas de ajustes econômicos, caracterizados por: abertura comercial, estabilidade monetária ancorada no dólar, privatizações de empresas estatais e redução do Estado, desregulamentação do mercado financeiro, entre outros. Segundo agências multilaterais, a adoção de reformas liberalizantes seria o caminho mais rápido e eficiente para o ingresso no mercado de capitais e o acesso a recursos externos (Williamson, 1992). Assim, depois de 10 anos de restrições, criam-se condições objetivas para o retorno ao processo de endividamento externo.

Entretanto, com este programa neoliberal, o país ampliou ainda mais o seu grau de vulnerabilidade externa (dependência financeira, produtiva, comercial e tecnológica), sem conseguir implantar um projeto de desenvolvimento econômico sustentado. Além disso, este programa frustrou as expectativas quanto a evolução ocupacional, isto é, após onze anos de abertura comercial, observa-se um decréscimo do nível de emprego nos setores econômicos em que houve a

ampliação da presença tanto do capital externo quanto dos serviços e produtos importados.

Esta estratégia distinta de inserção na economia mundial necessitava de um programa de estabilização para combater a inflação que durava quase quinze anos. A grande importância da estabilidade monetária, segundo Pochmann (2001), era permitir que as grandes empresas transnacionais avaliassem precisamente o desempenho econômico, a rentabilidade e os custos de produção e serviços. Assim, em 1994, foi adotado o Plano Real, que ancorou a moeda nacional na moeda norte-americana, permitindo que o mercado interno internacionalizasse seus custos e preços. Ao mesmo tempo, o combate à inflação foi acompanhado de uma maior vulnerabilidade externa, diante de altas taxas de juros e câmbio valorizado.

No mesmo ano do Plano Real, o governo brasileiro reduziu drasticamente as tarifas alfandegárias, aumentando a oferta de produtos importados. Deste modo, o Brasil passou da posição de terceiro maior gerador de excedentes comerciais do mundo nos anos 80 (atrás apenas do Japão e da Alemanha) para um país deficitário em sua balança comercial a partir de 1995, como nos mostra a tabela 3. Entre 1995 e 1999 a somatória dos déficits comercial e de serviços alcançou 28,3 bilhões de dólares a cada ano. O financiamento deste déficit na conta de transações correntes ocorreu de duas formas: através do endividamento externo, tanto do setor público quanto do setor privado; e através dos investimentos externos, tanto das privatizações do patrimônio nacional quanto das oportunidades especulativas possibilitadas pela condução da política econômica através das elevadas taxas de juros, levando a uma maior desnacionalização da estrutura produtiva brasileira.

Tabela 3

Balança Comercial Brasileira - FOB			
Período	Exportações Últimos 12 meses	Importações Últimos 12 meses	Saldo Últimos 12 meses
1991	31620	21040	10580
1992	35793	20554	15239
1993	38555	25256	13299
1994	43545	33079	10466
1995	46506	49972	-3466
1996	47747	53346	-5599
1997	52994	59747	-6753
1998	51140	57714	-6575
1999	48011	49210	-1199
2000	55086	55783	-698
2001	58223	55574	2649
2002	55630	48267	7363

Fonte: Banco Central

Sendo assim, a adoção da desregulamentação comercial como instrumento de ampliação da oferta de produtos importados e, por conseqüência, de combate à inflação, trouxe sérios problemas. O primeiro deles é a perda da oportunidade de utilizar a política comercial como estímulo as exportações e de incorporação de novas tecnologias, fazendo com que a participação brasileira nas exportações mundiais de produtos manufaturados regredisse, enquanto o peso nas exportações de produtos primários foi elevado. O segundo problema foi a desarticulação de algumas cadeias produtivas, provocando a substituição de produtos nacionais por importados. Isto ocorreu devido a abertura comercial desacompanhada de políticas industriais e agrícolas.

Com a implantação das reformas neoliberais, constatou-se a presença de sinais de desestruturação do mercado de trabalho, isto é, o aparecimento de elevado desemprego aberto (PED), o desassalariamento e a geração de postos de

trabalhos precários. Entre 1989 e 1999 a taxa de desemprego aberto passou de 3% da População Economicamente Ativa para 9,6%. Neste mesmo período, observa-se a redução do assalariado no total da ocupação, passando de 64% para 58,7%. Os postos de trabalho que foram gerados no período caracterizam-se por serem, em sua grande maioria, precários, isto é, a cada cinco ocupações criadas nos anos 90, quatro referem-se ao conjunto de trabalhadores autônomos, sem remuneração e assalariados sem registro formal.

O movimento de liberalização comercial e de internacionalização da economia, considerados exclusivamente, foram muito prejudiciais em relação ao mercado de trabalho. Entre 1990 e 1998, foram eliminados cerca de 1,2 milhões de vagas com registro formal do setor industrial, influenciados pela ampliação do grau de exposição externa do parque produtivo nacional. A ampliação de produtos importados indicou não apenas o efeito decorrente da substituição de produtos nacionais por importados, como, por consequência, a exportação de empregos de brasileiros para o exterior. Além disso, a nova posição deficitária do comércio externo brasileiro implicou na redução das possibilidades de geração de emprego.

CAPÍTULO 2

O MERCADO DE TRABALHO E AS MUDANÇAS NO PERFIL DOS DESEMPREGADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 90 E NOS ANOS DE 2000 E 2001

1.1 - O MERCADO DE TRABALHO NA RMSP

A região metropolitana de São Paulo, principal polo da atividade econômica do Brasil, sofreu mais do que qualquer outra região as conseqüências da crise do desenvolvimento nacional.

Os efeitos das políticas liberais adotadas pelo país no início da década de 90 foram certamente mais graves sobre a estrutura industrial brasileira, que se localiza na região metropolitana de São Paulo, tendendo a gerar um maior desemprego.

O desemprego na RMSP se elevou a partir da recessão do período 1990 - 1992, passando de 10,3 % em 1990 para 15,2 % em 1992. A recuperação da economia nacional depois desta recessão, não foi suficiente para fazer regredir o desemprego a níveis encontrados antes da recessão. Mesmo decrescendo por três anos consecutivos, a taxa de desemprego em 1995 foi de 13,2 % , nível muito superior ao de 1989 (8,7%).

Tabela 4

Taxa de Desemprego, segundo Tipo			
Ano	Total	Aberto	Oculto
1989	8,7	6,5	2,2
1990	10,3	7,4	2,9
1991	11,7	7,9	3,8
1992	15,2	9,2	6
1993	14,6	8,6	6
1994	14,2	8,9	5,3
1995	13,2	9	4,2
1996	15,1	10	5,1
1997	16	10,3	5,7
1998	18,2	11,7	6,5
1999	19,3	12,1	7,2
2000	17,6	11	6,6
2001	17,6	11,3	6,3

Fonte: Dieese

Em 1995, o nível de ocupação aumentou 4,2 %, registrando o melhor desempenho da década de 90. Nesse ano foram criados 288.000 novos postos de trabalho na RMSP, ampliando o contingente de ocupados na região para 7.135.000. No entanto, houve um intenso crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), fazendo com que o aumento dos novos postos de trabalho tivesse apenas um pequeno impacto sobre o contingente em desemprego. Além disso, o rendimento médio dos ocupados, em 1995, manteve-se em declínio (2,4 %) em relação ao ano anterior.

Em 1996, o nível de ocupação variou 0,7 % , equivalendo a criação de 47.000 novos postos de trabalho e correspondendo ao pior desempenho desde 1992. O contingente de ocupados na região passou para 7.182.000. A taxa de desemprego total (aberto e oculto) cresceu de 13,2 % para 15,1 % , entre 1995 e 1996, atingindo, neste último ano, patamar semelhante ao de 1992 (15,2 %). Foram incorporadas, em 1996, 192.000 pessoas ao estoque de desempregados da região, elevando sua estimativa para 1.277.000 pessoas. A taxa de participação aumentou de 61,1%, em 1995, para 61,8%, em 1996, devido à entrada de 239.000 pessoas, predominantemente mulheres, na População

Economicamente Ativa (PEA) regional. Como o volume de novos postos gerados no ano foi insuficiente para incorporar este incremento da força de trabalho, houve substancial crescimento do desemprego, em 1996. Além disso, o rendimento real médio dos ocupados variou - 1,9 %, mantendo-se em declínio pelo terceiro ano consecutivo.

Tabela 5

Rendimento Médio Real dos Ocupados no Trabalho - RMSP				
Ano	Ocupados	Indústria	Comércio	Serviços
1989	1134	1242	1089	1208
1990	984	1065	911	1074
1991	842	922	748	924
1992	755	919	631	802
1993	848	1019	734	905
1994	905	1077	802	969
1995	1040	1100	963	1121
1996	1017	1129	907	1126
1997	1019	1151	897	1123
1998	986	1106	809	1106
1999	930	1019	757	1058
2000	874	977	686	992

Fonte: Dieese

Em 1997, com a elevada vulnerabilidade externa e diante da crise asiática, o governo brasileiro conteve a atividade econômica e o desemprego aumentou imediatamente, alcançando 16 % da População Economicamente Ativa. O aumento do desemprego está associado ao baixo ritmo de geração de postos de trabalho na região. Em 1997, o nível ocupacional aumentou apenas 0,5%, com a criação de 35.000 novas ocupações, enquanto a força de trabalho cresceu 1,6%, com a incorporação de 133.000 pessoas à PEA. Devido à diferença de intensidade entre a variação da população ocupada e a oferta de mão-de-obra, a taxa de desemprego teve uma elevação de 6,0%, com o acréscimo de 98.000 pessoas ao já elevado contingente de desempregados.

Houve ampliação de todos os tipos de desemprego que compõem o desemprego total. A taxa de desemprego aberto aumentou pelo quarto ano consecutivo, passando de 10,0% em 1996, para 10,3% em 1997. A taxa de desemprego oculto elevou-se de 5,1% para 5,7%, no mesmo período. Este comportamento foi determinado pelo crescimento de suas duas parcelas: a taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário, que passou de 3,8% para 4,2%, e a de desemprego oculto pelo desalento, que variou de 1,3% para 1,5%.

Em 1998, a economia brasileira ficou praticamente estagnada (crescimento de apenas 0,1% do PIB), levando a taxa de desemprego a 18,2 % da PEA, estimando-se que se encontravam desempregadas 1.585.000 pessoas. A expressiva elevação do desemprego decorreu da redução do número de postos de trabalho (-1,3 %) e da ampliação do número de pessoas que se inseriram no mercado de trabalho (1,4 %).

Houve redução de ocupações nos setores industrial (105.000 postos), comercial (37.000 ocupações) e no agregado Outros Setores (11.000 ocupações). Apenas nos Serviços verificou-se comportamento favorável, com a geração de 61.000 novas ocupações. Apesar da manutenção da trajetória de declínio do número de assalariados, os segmentos mais atingidos foram os não- assalariados.

Verificou-se ainda decréscimo de 3,2% no rendimento médio dos ocupados. Este desempenho negativo foi observado para a maior parte dos segmentos ocupacionais. A diminuição de 2,2% dos salários médios do setor privado, com a conseqüente contração da massa de salários disponível para o consumo, associada à menor oferta de postos de trabalho, induziu a redução mais acentuada no rendimento médio de autônomos (5,8%) e de ocupados em outras posições não- assalariadas (6,9%).

O crescimento da economia nacional no ano de 1999 foi de apenas 0,8%,o que fez com que taxa de desemprego passasse de 18,3% para 19,2% ,em 1999.

Este aumento ocorreu, assim como nos anos anteriores, devido a insuficiência no ritmo de geração de ocupações frente ao crescimento da oferta de mão-de-obra. Neste ano, o nível ocupacional variou 0,6%, com a criação de 45.000 postos de trabalho e a PEA aumentou 2% devido a entrada de 175.000 pessoas no mercado de trabalho. Como resultado desta diferença, foram incorporadas 130.000 pessoas ao contingente de desempregados. Além disso, os setores de serviços e serviços domésticos foram os únicos a aumentarem seus contingentes de ocupados neste ano. Além disso, a forte desvalorização cambial ocorrida em 1999 não teve impactos na balança comercial e, portanto, nem sobre o emprego.

Outro fator importante e que já vinha acontecendo nos anos anteriores foi a expansão do contingente de trabalhadores autônomos e do assalariado sem carteira de trabalho assinada, compensando a diminuição do emprego assalariado com carteira assinada.

O mercado de trabalho da RMSP teve um desempenho, em 2000, superior ao ano de 1999, com um crescimento de 4,4% do PIB. A taxa de desemprego caiu de 19,3 % da PEA para 17,4 %, interrompendo a trajetória ascendente verificada nos quatro anos anteriores. Além disso, houve um crescimento de 3,9 % do nível de ocupação, correspondente a criação de 280.000 novos postos de trabalho. Este aumento do número de postos de trabalho superou o ingresso de 156.000 pessoas na PEA, resultando na diminuição do contingente de desempregados em 124.000 pessoas.

O aumento da ocupação na RMSP ocorreu principalmente nos Serviços e na Indústria, sendo que o aumento da ocupação industrial, em 2000, reverte momentaneamente o movimento de declínio observado desde 1996. Da mesma forma, o número de assalariados com carteira de trabalho assinada também cresceu, após quatro anos consecutivos de redução. No entanto, no ano em análise, continuaram a crescer as formas mais frágeis de inserção no mercado de trabalho, em especial o número de trabalhadores assalariados sem carteira de

trabalho assinada (15,6%) e de trabalhadores autônomos que atuavam junto a empresas (6,4%), passando esses contingentes somados a corresponder a 22,2% dos ocupados.

Em 2001, com um crescimento de apenas 1,5% do PIB, a taxa de desemprego permaneceu praticamente inalterada em 17,6% da PEA, estimando-se em 1.622.000 pessoas o número de desempregados. Apesar das 146.000 ocupações geradas, o crescimento de oportunidades ocupacionais foi igual ao da População Economicamente Ativa (2,0%). Com isso, embora a taxa de desemprego tenha mantido sua proporção idêntica à do ano anterior, houve acréscimo de 31.000 pessoas ao contingente de desempregados.

O menor crescimento do nível ocupacional observado em 2001 decorreu do fraco desempenho da Indústria (2,0%) e dos Serviços (0,6%). Vale destacar que, além da elevação, pelo segundo ano consecutivo, do contingente de assalariados com carteira de trabalho assinada (4,7%), também cresceram de forma significativa o assalariamento sem carteira de trabalho assinada (3,9%) e a subcontratação (25,4%), segundo a PED.

1.2- MUDANÇAS NO PERFIL DOS DESEMPREGADOS NA RMSP NO PERÍODO 1985 - 2000

2.2.1 Gênero

A taxa de desemprego total (PED) na Região Metropolitana de São Paulo passou de 12,2 % em 1985 para 17,6 % em 2001. Com base na tabela 5, pode-se observar que a taxa de desemprego entre os homens passou de 10,1 % em 1985

para 14,9 % em 2001, ocorrendo um acréscimo de 47 %. Entre as mulheres a taxa de desemprego passou de 15,5 % em 1985 para 20,8 % em 2001, verificando um aumento de 34 %. Para todos os anos analisados desde 1985 a taxa de desemprego entre as mulheres foi sempre superior a taxa de desemprego entre os homens.

Tabela 7

Taxa de Desemprego, Segundo Sexo (Região Metropolitana de São Paulo)		
Ano	Homens	Mulheres
1985	10,1	15,5
1986	7,6	12,7
1987	7,3	12,2
1988	8,1	12,1
1989	7,5	10,6
1990	9,1	12,1
1991	10,8	13
1992	13,9	17,1
1993	13,4	16,3
1994	12,7	16,4
1995	11,8	15,3
1996	13,5	17,2
1997	14,2	18,3
1998	16,1	21,1
1999	17,3	21,7
2000	15	20,9
2001	14,9	20,8
Ago/02	15,7	21,3

Fonte: Seade –Dieese - PED

Com relação a distribuição dos desempregados, segundo o sexo, podemos observar na tabela 4 que existem em 2000 mais mulheres desempregadas do que homens desempregados. Do total de desempregados, 51,2 % eram homens e 48,8 % eram mulheres em 1985. Em 2000 , apenas 47,5 % eram homens e 52,5 eram mulheres, refletindo as mudanças nas taxas de participação feminina e masculina.

Tabela 8

Distribuição dos Desempregados, Segundo Sexo - em porcentagem (Região Metropolitana de São Paulo)

Ano	Homens	Mulheres
1985	51,2	48,8
1988	51,1	48,9
1989	52,3	47,7
1990	53,8	46,2
1991	54,6	45,4
1992	54	46
1993	53,7	46,3
1994	52,4	47,6
1995	51,8	48,2
1996	51,6	48,4
1997	50,8	49,2
1998	50,1	49,9
1999	50,4	49,6
2000	47,5	52,5

Fonte: Seade – Dieese - PED

Portanto, a taxa de desemprego da mulher é muito superior a taxa de desemprego do homem para todos os anos em questão e, em 2000, a mulher representou mais de 50 % do total de desempregados.

2.2.2 Faixa Etária

Em relação a distribuição dos desempregados, segundo faixa etária, pode-se dizer que a maioria dos desempregados se situam nas faixa de 18 a 24 anos e de 25 a 39 anos. Com base na tabela 6, observamos que, em 1985, do total de desempregados, 10 % possuíam de 10 a 14 anos, 17,6 % possuíam de 15 a 17 anos, 31,9 % possuíam de 18 a 24 anos, 29,4 % possuíam de 25 a 39 anos e 11 % possuíam mais de 40 anos. Já em 2000, do total de desempregados, 3 % possuíam de 10 a 14 anos, 13,4 % possuíam de 15 a 17 anos, 32,1 % possuíam de

18 a 24 anos, 31,6 % possuíam de 25 a 39 anos e 19,8 % possuíam mais de 40 anos. Portanto, pode-se dizer que houve uma redução relativa do desemprego nas faixas de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos, um pequeno aumento nas faixas de 18 a 24 anos e de 25 a 39 anos e um grande aumento na faixa de 40 anos ou mais.

Tabela 9

Distribuição dos Desempregados, Segundo Faixa Etária - em porcentagem (RMSP)

Ano	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 39	40 ou mais
1985	10	17,6	31,9	29,4	11
1988	10,7	18,6	30,8	29,8	10,1
1989	10,9	18,2	30,9	29,6	10,3
1990	9,1	16,5	31,6	31	11,8
1991	7,5	14,7	30,3	33	14,4
1992	7,2	15,6	29,9	32,6	14,7
1993	7	16,8	29,9	32,5	13,9
1994	6,6	16,9	30,4	32,3	13,8
1995	7,1	16,1	30,4	31,2	15,1
1996	6,1	15,9	29,3	32,2	16,4
1997	4,9	15,6	29,8	32,4	17,3
1998	3,9	14,8	30,8	32,5	18
1999	3,2	13,7	31,1	32,1	19,9
2000	3	13,4	32,1	31,6	19,8

Fonte: Seade - Dieese - PED

Apesar de ter ocorrido uma redução relativa da taxa de desemprego nas faixas de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos, houve um acréscimo da taxa de desemprego em todas as faixas de idade. A faixa de 10 a 14 anos, de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos, de 25 a 39 anos e de mais de 40 anos tiveram um acréscimo, respectivamente, de 18 %, 58 %, 57 %, 61 % e 94%. Portanto, a maior acréscimo ocorreu na faixa de 40 anos ou mais, passando de 5,8 % em 1985 para 11,3 em 2001.

Tabela 10

Taxa de Desemprego, Segundo Faixa Etária					
Ano	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 39	mais de 40
1985	40,6	29,6	16	8,5	5,8
1986	39	24,5	12,5	6,1	4
1987	32	21,5	12,7	6,4	3,9
1988	35,8	24,7	12,9	7	3,8
1989	32,1	21,9	11,9	6,2	3,5
1990	36,5	25,1	14,4	7,7	4,6
1991	35,7	26	16	9,3	6,2
1992	43,9	36,7	20,8	12	8,1
1993	42,2	38,1	20,1	11,4	7,3
1994	42,9	38	20,1	11	6,9
1995	42,6	32,7	19,1	10,1	6,9
1996	44,3	38,7	21	11,9	8,3
1997	42,6	40,8	22,4	12,7	9,2
1998	49,1	46,7	25,7	14,6	10,8
1999	49,7	48,7	27,5	15,4	12,2
2000	47,5	46,5	25,3	14	11
2001	48,3	47	25,2	13,7	11,3
Ago/02	42,5	50,2	26,8	14,3	11,8

Fonte: Seade –Dieese - PED

2.2.3 Tipo de Desemprego

O desemprego ocorre quando a pessoa não desenvolve uma atividade produtiva, mas está procurando uma oportunidade de trabalho. Ele é caracterizado por duas formas básicas: desemprego aberto e desemprego oculto, sendo que o desemprego oculto está dividido em desemprego oculto por trabalho precário e desemprego oculto por desalento.

O desemprego aberto se refere ao total de pessoas que não realizaram qualquer tipo de trabalho remunerado e que procuraram emprego nos últimos 30 dias. O desemprego oculto por trabalho precário se refere às pessoas que exerceram algum tipo de trabalho de maneira descontínua e irregular (ocasional) e que procuraram emprego nos últimos 30 dias. O desemprego oculto por desalento

se refere as pessoas que procuraram trabalho nos últimos 12 meses, mas que não procuraram nos últimos 30 dias.

Pela tabela 8 podemos observar que o desemprego aberto passou de 7,6% em 1985 para 11,3% em 2001, tendo um acréscimo de 48%. O desemprego oculto por trabalho precário teve um acréscimo de 58%, passando de 2,9% em 1985 para 4,6% em 2001. O desemprego oculto por desalento era de 1,7% em 1985, sofreu algumas variações ao longo desse período e continuou em 1,7% em 2001.

Tabela 11

Taxa de Desemprego, Segundo Tipo de Desemprego (RMSP)				
Ano	Aberto	Oculto	Oculto/Precário	Oculto/Desalento
1985	7,6	4,6	2,9	1,7
1988	7	2,5	1,8	0,9
1989	6,5	2,2	1,5	0,7
1990	7,4	2,9	2	0,9
1991	7,9	3,8	2,9	0,9
1992	9,2	6	4,6	1,4
1993	8,6	6	4,7	1,3
1994	8,9	5,3	4	1,3
1995	9	4,2	3,3	0,9
1996	10	5,1	3,8	1,3
1997	10,3	5,7	4,2	1,5
1998	11,7	6,5	4,6	1,9
1999	12	7,2	5,1	2,1
2000	11	6,6	4,6	2
2001	11,3	6,3	4,6	1,7

Fonte: Seade – Dieese - PED

2.2.4 Grau de Instrução

Em relação ao grau de instrução, classificamos os desempregados em: analfabeto, primeiro grau incompleto, segundo grau incompleto, terceiro grau incompleto e terceiro grau completo.

Pode-se observar pela tabela 9 que houve uma grande mudança na distribuição dos desempregados, segundo grau de instrução, nos últimos 15 anos. Em 1985, do total dos desempregados, 5,1% eram analfabetos, 65,2% tinham o

primeiro grau incompleto, 17,6% tinham o segundo grau incompleto, 9,3% tinham o terceiro grau incompleto e apenas 2,9% tinham o terceiro grau completo. Em 2000, 3,5% eram analfabetos, 41,3% tinham o primeiro grau incompleto, 28,8% tinham o segundo grau incompleto, 22,6% tinham o terceiro grau incompleto e 3,8% tinham o terceiro grau completo.

Os movimentos mais marcantes ocorreram com os trabalhadores com primeiro grau incompleto, cuja participação declinou de 65,2% para 41,3% e com os trabalhadores com segundo e terceiro graus incompletos, cuja participações aumentaram em, respectivamente 63% e em 143%. Portanto nota-se que o desemprego começou a atingir as pessoas com maior grau de instrução, diminuindo a participação dos menos instruídos.

Tabela 12

Distribuição dos desempregados, Segundo Nível de Instrução (RMSP)					
Ano	Analfabeto	1 Grau Inc.	2Grau Inc.	3Grau Inc.	3Grau Comp.
1985	5,1	65,2	17,6	9,3	2,9
1988	4,8	65,1	18,9	9	2,1
1989	4,3	63,4	20,6	9	2,8
1990	3,8	62,4	20,1	11,1	2,6
1991	4,1	61	20,8	10,9	3,3
1992	4,3	60,3	20,4	12	3,1
1993	4,3	58,2	22,3	12,1	3,1
1994	4,1	54,3	24,4	14	3,2
1995	4,6	52,8	23,8	15,2	3,6
1996	4	52,3	24,9	15,2	3,6
1997	3,5	50,9	26,1	15,8	3,7
1998	3,6	46,9	27,4	18,8	3,3
1999	3,9	43,1	28,4	20,8	3,7
2000	3,5	41,3	28,8	22,6	3,8

Fonte: Seade – Dieese -PED

Tabela 13

Taxa de Desemprego, Segundo Nível de Instrução (RMSP)

Ano	Analfabeto	1 Grau Inc.	2Grau Inc.	3 Grau Inc.	3 Grau Comp.
1995	12,4	15,9	16,1	10,1	4,3
1996	14,3	18,1	18,9	11,3	4,7
1997	14,3	19	20,6	12,1	4,9
1998	18,1	21	23,9	15	5,2
1999	20,4	21,9	25,4	16,1	6
2000	18,2	19,8	23,7	14,9	5,8
2001	16,7	19,4	23,9	15,1	5,6

Fonte: Seade – Dieese - PED

Em relação a taxa de desemprego, segundo nível de instrução, pode-se dizer, com base na tabela 10, que houve um aumento em todos os níveis. Entre os analfabetos, passou de 12,4% para 16,6%; entre os desempregados com primeiro grau incompleto, passou de 15,9% para 19,4%; entre os desempregados com segundo grau incompleto passou de 16,1% para 23,9% ; entre os desempregados com terceiro grau incompleto passou de 10,1% para 15,1 % e entre os desempregados com terceiro grau completo passou de 4,3% para 5,6%.

2.2.5 Experiência Anterior

Em relação a taxa de desemprego, segundo experiência anterior, podemos observar na tabela 11 que houve um aumento tanto da taxa dos desempregados com experiência quanto dos desempregados sem experiência. A taxa dos desempregados com experiência passou de 10% em 1985 para 15,1 % em 2000, registrando um aumento de 50%. A taxa de desemprego entre os desempregados sem experiência passou de 2,2% em 1985 para 2,5% em 2000, registrando um

aumento de 13%. Portanto a taxa de desemprego teve um aumento muito maior para os desempregados com experiência.

Tabela 13

Taxa de Desemprego, Segundo Experiência Anterior de Trabalho (RMSP)			
Ano	Com Experiência (%)	Sem Experiência (%)	Total (%)
1985	10	2,2	12,2
1986	7,9	1,8	9,7
1987	8	1,2	9,2
1988	8,3	1,4	9,7
1989	7,4	1,3	8,7
1990	9	1,3	10,3
1991	10,4	1,3	11,7
1992	13,3	1,9	15,2
1993	12,7	1,9	14,6
1994	12,2	2	14,2
1995	11,3	2	13,3
1996	13,2	1,9	15,1
1997	14	2	16
1998	15,9	2,3	18,2
1999	16,7	2,6	19,3
2000	15,1	2,5	17,6

Fonte: Seade – Dieese -PED

2.2.6 - Cor

Tabela 14

Taxa de Desemprego, segundo Cor (RMSP)		
Ano	Branca	Não Branca
1985	11,2	14,4
1986	8,8	11,4
1987	8,6	10,7
1988	8,9	11,3
1989	7,9	10,5
1990	9,7	11,6
1991	10,6	13,9
1992	13,7	18,2
1993	13,1	17,6
1994	12,7	17
1995	12	15,4
1996	13,1	18,6
1997	14,1	19,5
1998	16,3	22
1999	17,1	23,5
2000	15,9	20,9

Fonte: Seade – Dieese - PED

Pode-se observar , através da tabela 14, que a taxa de desemprego entre os brancos passou de 11,2% em 1985 para 15,9% em 2000, sofrendo um acréscimo de 42%. Já a taxa de desemprego entre os não brancos passou de 14,4% em 1985 para 20,9% em 2000, sofrendo um acréscimo de 45%. Portanto, a taxa de desemprego teve, no período observado, um aumento um pouco superior entre os não brancos.

Deve-se notar também que para todos os anos em questão, a taxa de desemprego entre os não brancos foi sempre superior (mais de 30%) a taxa de desemprego entre os brancos.

2.2.7 Posição no Domicílio

Tabela15

Ano	Taxa de Desemprego, segundo Posição no Domicílio (RMSP)			
	Chefe	Cônjuge	Filho	Outros
1985	5,4	14,3	20,4	13,3
1986	3,8	11,1	16,5	10,7
1987	4	10,6	15,2	10,1
1988	4,2	10	16,7	11,2
1989	4,1	8,6	14,9	10
1990	5,2	9,9	16,9	13
1991	7	11,4	18,3	12,6
1992	8,9	14,7	24,1	17,1
1993	8,1	13,4	23,8	17,4
1994	7,7	13,3	23,7	16,7
1995	7,1	12,5	22,1	15,2
1996	8,5	14,5	24,4	17,2
1997	9,6	14,9	25,6	18,1
1998	10,8	17,7	28,7	21,4
1999	11,8	19	29,5	22,9
2000	10,2	19	27,1	19,4

Fonte: Seade - Dieese

A tabela 15 nos mostra a taxa de desemprego segundo a Posição no Domicílio, na Região Metropolitana de São Paulo. A posição no domicílio pode ser divididas em três: chefe, cônjuge e filho.

A taxa de desemprego entre os chefes de família passou de 5,4% em 1985 para 10,2% em 2000. Entre os cônjuges, a taxa passou de 14,3% em 1985 para 19% em 2000. Já entre os filhos, a taxa de desemprego passou de 20,4% em 1985 para 27,4% em 2000. Os acréscimos foram respectivamente de 89%, 32% e de 33%.

Portanto, apesar a taxa de desemprego entre os chefes de família ser menor em relação aos cônjuges e aos filhos, ela apresentou um crescimento

quase três vezes maior do que as das outras duas categorias, o que revela a deterioração do mercado de trabalho, que atingiu fortemente as pessoas com maior peso no sustento familiar.

2.2.8 Tempo de Residência na Região Metropolitana de São Paulo

Em relação a taxa de desemprego segundo tempo de residência na Região Metropolitana de São Paulo, pode-se dizer, observando a tabela 16, que a taxa de desemprego entre as pessoas que residem durante menos de 3 anos na RMSP passou de 16% em 1985 para 23,8% em 2000, uma variação de 49%. Entre as pessoas que residem por mais de 3 anos na RMSP, a taxa de desemprego passou de 12% em 1985 para 17,3% em 2000, uma variação de 44%.

Além disso, pode-se dizer que a taxa de desemprego entre aqueles que vivem por mais de 3 anos na RMSP foi, durante o período considerado, menor que a taxa de desemprego entre aqueles que residem menos de 3 anos.

Tabela 16

Taxa de Desemprego, segundo Tempo de Residência na RMSP		
Ano	Até 3 anos	Mais de 3 anos
1985	16	12
1986	13,1	9,4
1987	12,6	8,9
1988	12,6	9,5
1989	13,1	8,4
1990	14,5	10
1991	14,9	11,5
1992	18,7	15
1993	20	14,3
1994	19,9	13,9
1995	18,8	12,9
1996	19,8	14,8
1997	21,7	15,6
1998	24,8	17,8
1999	26,2	18,9
2000	23,8	17,3

Fonte: Seade –Dieese - PED

1.1 O Mercado de Trabalho na Região do ABC

A Região do ABC é compreendida por sete cidades: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Mauá, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Desde 1998, a Fundação Seade e Dieese vêm realizando o levantamento de campo da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) nesta região.

A sua importância econômica e a dimensão e complexidade de seu parque industrial tornam-na uma das regiões mais afetadas pelas transformações econômicas ocorridas no país. Nesta região, é marcante a presença da indústria na composição de sua estrutura ocupacional e onde o efeito de decisões de políticas econômicas tendem a ter resposta imediata, diante do elevado nível de estruturação da economia local. No caso específico desta região, o movimento de descentralização espacial das atividades econômicas, sobretudo as industriais, também pode ter peso importante para explicar o baixo dinamismo na geração de empregos. É de se admitir que a elevada concentração das atividades industriais possa gerar chamadas "deseconomias de aglomeração", o que implicaria o afastamento de novos investimentos industriais para aquela região e mesmo o deslocamento de empresas ali previamente localizadas para outras regiões, atraídas por incentivos altamente vantajosos, como aqueles que, ultimamente, estiveram caracterizando a guerra fiscal. Sendo assim, é importante a análise do mercado de trabalho nesta região para a implementação de políticas e programas que busquem minimizar os efeitos negativos sobre a população trabalhadora.

Estima-se que, em 1999, a Região do ABC possuía 1.923.000 pessoas em sua População em Idade Ativa (indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos e aponta a dimensão máxima da "oferta potencial de força de trabalho"). No entanto, uma grande parcela da PIA não integra efetivamente a força de trabalho (

estudantes e aposentados), denominados de inativos e que correspondem a 771.000 pessoas.

Desta forma, a "oferta efetiva de força de trabalho, a chamada População Economicamente Ativa (PEA), é a diferença entre a PIA e os inativos e corresponde a 1.152.000 pessoas na Região do ABC. Dessa população, 925.000 pessoas estão ocupadas e 227.000 pessoas estão desempregadas.

Tabela 17

Taxa de Desemprego, segundo Tipo (ABC)				
Ano	Aberto	Oculto	Trabalho Precário	Trabalho Oculto
1998	12,7	7,3	5,2	2,1
1999	13,7	7,6	5,4	2,2
2000	12,1	6,6	4,6	2
2001	11,6	6,1	4,1	2

Fonte: Seade-Dieese -PED

Pela tabela 17, podemos observar que a principal componente da taxa de desemprego total da Região do ABC é o desemprego aberto, cuja taxa foi calculada em 11,6 % em 2001. A taxa de desemprego oculto foi estimada em 6,1% em 2001, sendo que a taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário foi de 4,1% e a taxa de desemprego pelo desalento foi de 2%.

É interessante observar que a taxa de desemprego total na Região do ABC tende a ser mais elevada que a do conjunto da Região Metropolitana de São Paulo e a do Município de São Paulo. Deve-se salientar também que as taxas de participação da Região Metropolitana de São Paulo (61,5%) e do Município de São Paulo (62,2%) são sistematicamente superiores a calculada na Região do ABC (59,9%), ou seja, mesmo com uma menor proporção de pessoas na PEA, é maior o percentual dessas pessoas que se encontram em desemprego na Região do ABC se comparado com as demais regiões mencionadas.

A análise da taxa de desemprego segundo atributos pessoais nos mostra, segundo a tabela 19, que a população masculina desempregada corresponde a 14,3% da respectiva PEA e a da feminina, a 22%, em 2001. Nota-se que de 1998 a 2001, a diferença da taxa de desemprego das mulheres em relação a dos homens aumentou em 1,6%. Normalmente, a taxa de desemprego das mulheres é mais elevada que a dos homens, de modo que a diferença observada nesta região já era esperada.

Tabela 19

Taxa de desemprego, segundo Sexo (ABC)

Ano	Homens	Mulheres
1998	17,5	23,6
1999	18,8	24,8
2000	16	22,4
2001	14,3	22

Fonte: Seade – Dieese - PED

O resultado da análise da taxa de desemprego por faixa etária também não se afastam do esperado como podemos observar na tabela 20: a taxa de desemprego é maior para os segmentos mais jovens da força de trabalho e reduz-se na medida em que se referem a faixas etárias mais elevadas. Mesmo assim, merece destaque a elevadíssima taxa registrada para a população de 15 a 17 anos (47,7%) que, embora em termos de contingente populacional não corresponda a um contingente elevado, revela a necessidade de se buscar formas de facilitar o ingresso das pessoas com mais de 15 anos no mercado de trabalho e/ou incentivar sua permanência na escola, evitando o ingresso precoce dos jovens nesse mercado.

Em comparação com a RMSP, pode-se dizer que a principal diferença foi em relação aos desempregados com mais de 40 anos, que tem sua taxa diminuída na Região do ABC e aumentada na RMSP.

Tabela 20

Taxa de desemprego, segundo Faixa Etária				
Ano	15 a 17	18 a 24	25 a 39	40 ou mais
1998	47,7	27,6	15,9	12,9
1999	48,5	30,1	17,2	14,2
2000	50	26,8	14,1	12,3
2001	47,3	24,5	13,7	11,8

Fonte: Seade-Dieese - PED

Uma situação particularmente grave é a encontrada para os chefes de família, cuja taxa de desemprego atinge 12% na Região do ABC. A gravidade desta situação decorre do fato de os chefes de família, em geral, serem os principais responsáveis pela manutenção das condições de vida das famílias. Desse modo, ao se tornarem desempregados, a situação das suas famílias é posta em cheque, podendo implicar a necessidade de mobilização de outros membros da família para garantir a manutenção do padrão de vida familiar. Sejam os filhos, o que pode provocar o abandono ou a perda de rendimento escolar, sejam as cônjuges, com possíveis conseqüências sobre a própria organização doméstica. Nota-se na tabela 21, que a taxa de desemprego do chefe de família cai de 12,5% em 1998 para 9,7% em 2001; a taxa de desemprego do cônjuge aumenta de 18,8% em 2000 para 19,4% em 2001 e a taxa de desemprego entre os filhos cai de 29,5% em 1998 para 26,1% em 2001.

Tabela 21

Taxa de desemprego, segundo Posição no Domicílio (ABC)				
Ano	Chefe	Cônjuge	Filho	
1998		12,5	19,4	29,5
1999		13	22,1	30,6
2000		10,5	18,8	28,8
2001		9,7	19,4	26,1

Fonte: Seade - Dieese - PED

Nota-se, portanto, que as taxas de desemprego na Região do ABC são bastante elevadas, para todos os segmentos populacionais investigados, revelando uma situação aparentemente mais grave do que a verificada para o conjunto da Região Metropolitana de São Paulo. Tal situação pode ser explicada pelo fato da maior redução do nível de ocupação ter se dado no setor industrial e nos segmentos mais modernos do setor terciário, cujo peso na estrutura ocupacional desta região é bastante expressivo. Ademais, como parte importante dos empregos industriais eliminados eram tradicionalmente ocupados por homens, em grande medida chefes de domicílios, a necessidade de mobilização de outros membros da família, sobretudo as cônjuges, para complementar a renda familiar deve ter assumido proporções importantes. Desse modo, seria de se esperar que, ao lado da expansão da taxa de desemprego devido à redução das oportunidades de trabalho, na indústria, aumentasse a pressão sobre o mercado de trabalho decorrente do maior ingresso das mulheres, implicando um novo elemento explicativo para a expansão da taxa de desemprego. Considerando que estes movimentos efetivamente se realizaram, sobretudo na Região do ABC, a expansão da taxa de desemprego só não foi ainda maior diante do crescimento do emprego no setor terciário.

Pode-se observar na tabela 21, que a Região do ABC, uma das mais industrializadas do país, possuía apenas 29,1% do seu contingente de ocupados no setor industrial e mais de 60% no setor terciário. A profundidade das alterações na estrutura produtiva da região e a importância que o setor terciário passou a assumir para garantir a inserção de sua população no mercado de trabalho são as causas desta participação relativamente baixa da indústria na oferta de postos de trabalhos. Esta mudança dos postos de trabalho do setor secundário para o terciário trouxe alguns problemas para a região: o número de postos de trabalhos criados neste setor não foi suficiente para cobrir aqueles eliminados no setor industrial ao longo da atual década.

Tabela 21

Distribuição dos Ocupados, segundo setores			
Ano	Indústria	Serviços	Comércio
1998	28,9	46,7	15,5
1999	26,2	49,2	15,8
2000	27,2	47,9	15,3
2001	27,9	47,6	15,2

Fonte: Seade – Dieese - PED

Além disso, as características dos empregos gerados no setor terciário são bastante distintas daquelas dos postos eliminados na indústria. É bastante conhecido o fato de os empregos no comércio e nos serviços serem, normalmente, de pior qualidade que os industriais. Enquanto o rendimento médio recebido pela indústria corresponde a 1032 reais, aquele pago pelo comércio equivale a 881 reais e pelos serviços a 686 reais, como pode-se observar pela tabela 22. O setor que apresentou maior redução de rendimentos foram os serviços com 18,2%, ante 18% na indústria e 15% no comércio.

Tabela 22

Rendimento Real Meio dos Ocupados , segundo Setor (ABC)			
Ano	Indústria	Serviços	Comércio
1998	1257	839	1042
1999	1197	772	991
2000	1127	748	906
2001	1032	686	881

Fonte: Seade –Dieese - PED

Também é reveladora desta deterioração da qualidade dos empregos na Região do ABC, a baixa participação dos assalariados com carteira assinada no conjunto dos postos da região, que corresponde a 66,4 deste total. Os assalariados sem carteira de trabalho assinada já são 11,8% dos ocupados da região e os trabalhadores autônomos equivalem a 20% deste total, com podemos observar na tabela 23.

Tabela 23

Distribuição dos Ocupados, segundo Posição no ocupação			
Ano	Assalariado	Autônomo	Empregadores
1998	66,3	18,9	4,8
1999	63,9	20,8	5
2000	65,2	20	4,7
2001	66,4	20	4,4

Fonte: Seade – Dieese - PED

Se somados os assalariados sem carteira assinada, os trabalhadores autônomos que trabalham para o público, o emprego doméstico e os trabalhadores familiares sem remuneração, tem-se que quase 30% dos postos de trabalho gerados na Região do ABC podem ser considerados de baixa qualidade.

Recorde-se de que na indústria prevalecem os empregos assalariados com carteira assinada, enquanto nos demais setores de atividade é bastante expressiva a presença de assalariados sem carteira assinada e de trabalhadores autônomos, isto é, sem a proteção legal decorrente da posse da carteira de trabalho. Desse modo, a redução do emprego industrial e sua compensação parcial pela expansão dos postos de trabalho no setor terciário, têm um significado de deterioração das condições de trabalho, que adicionam-se aos efeitos negativos da expansão do desemprego.

CONCLUSÃO

O dinamismo econômico que marcou todo o período da moderna industrialização, particularmente após meados dos anos 50, teve impactos muito favoráveis sobre a capacidade de criação de novos postos de trabalho.

Esse dinamismo se reverte na década de 80, quando o país enfrenta o rompimento do modelo desenvolvimentista, gerando a estagnação da economia e, conseqüentemente, desaceleração no ritmo da expansão do emprego assalariado regular e elevação do desemprego.

As reformas liberalizantes que ocorreram no início da década de 90 (abertura comercial, estabilidade monetária ancorada no dólar, privatização de empresas estatais e desregulamentação do mercado financeiro) não modificaram o cenário de estagnação econômica, agravando, assim, a desestruturação do mercado de trabalho e a exclusão social.

Portanto, para que ocorra um crescimento no ritmo de criação de novos postos de trabalho, gerando uma diminuição da elevada taxa de desemprego e da informalidade do mercado de trabalho, é necessário que o país volte a ter altas taxas de crescimento do PIB. Nesse sentido, o Estado brasileiro tem um papel fundamental e espera-se que o próximo governo deixe para segundo plano as questões estritamente monetárias e adote políticas que busquem o desenvolvimento nacional.

Para se adotar políticas de combate ao desemprego, é importante que saibamos o perfil dos desempregados. Em nosso estudo pode-se observar que o perfil do desempregado na Região Metropolitana de São Paulo e na Região do grande ABC sofreu grandes alterações nas duas últimas décadas.

Temos atualmente mais mulheres desempregadas do que homens. O desemprego é maior nas faixas de 18 a 24 anos e de 25 a 39 anos, sendo que o maior acréscimo ocorreu entre os que possuem mais de 40 anos. A maior taxa de desemprego, segundo tipo, é a do desemprego aberto. Houve uma diminuição dos desempregados analfabetos e com primeiro grau incompleto, enquanto houve um aumento dos desempregados com segundo grau incompleto, com terceiro grau

incompleto e com terceiro grau completo. O aumento da taxa de desemprego foi muito maior entre os desempregados com experiência do que entre os desempregados sem experiência. A taxa de desemprego entre os não não-brancos teve um acréscimo levemente superior a taxa de desemprego ente os brancos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALTAR, P. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: Economia & Trabalho. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 1998.
- BALTAR, P. Regime de trabalho e flexibilidade no Brasil. In: Economia & Trabalho. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 1998.
- BALTAR, P. e DEDECCA, C. Emprego e salários nos anos 60 e 70. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 1992.
- BALTAR, P. e DEDECCA, C. O mercado de trabalho nos anos 80: balanços e perspectivas. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 1992.
- BALTAR, P. e HENRIQUE, W. Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil. In: COMIM, A. O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século. Campinas: IE/UNICAMP, 1994.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. Ministério do Trabalho e Emprego e UNICAMP, 1998.
- DEDECCA, C. Conceitos estatísticos básicos sobre mercado de trabalho. In: Economia & Trabalho. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 1998.
- DEDECCA, C. e MONTAGNER, P. Crise econômica e desempenho do terciário nos anos 80. Campinas: IE/UNICAMP, 1992
- MATTOSO, J. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: Economia & Trabalho. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 1998.
- MATTOSO, J. A desordem do trabalho. São Paulo, Scritta, 1996.
- POCHMANN, M. A década dos mitos. O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. Campinas: Editora Contexto, 2001.
- POCHMANN, J. O trabalho sob fogo cruzado. Campinas: Editora Contexto, 1999.
- SANTOS, A. Evolução do mercado de trabalho: motivos para otimismo? Campinas: CESIT/IE/UNICAMP.
- SANTOS, A. Desalento ou desemprego disfarçado? Campinas: CESIT/IE/UNICAMP.
- WILLIAMSON, J. Reformas políticas na América Latina na década de 80. REP, vol. 12 (1). São Paulo: Brasiliense, 1992.